

ANAIS DA 70ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC - MACEIÓ, AL - JULHO/2018

SBPC

A AVALIAÇÃO DA PÓS GRADUAÇÃO: o lugar das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas

Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG – coordenador)
Lia Zanotta Machado (UnB)
Ivan da Costa Marques (UFRJ)
Sônia Nair Bão (CAPES)

Maceió, 24/07/2018

Ivan da Costa Marques - imarques@nce.ufrj.br

Ivan da Costa Marques
Maceió, 24/07/2018

A pós-graduação no Brasil está sendo avaliada pelos critérios postos em cena nas últimas décadas nos países que nos servem de modelo. Esses critérios internacionais se fecham para nós no indicador de número de publicações em periódicos internacionais, em inglês, que hoje formam um mercado editorial oligopolizado por grandes empresas (Sage, Elsevier, Thompson-Reuters, Routledge), nenhuma delas brasileira.

As diferenças de condições de infraestrutura, de língua e de relevância social diferenciada dos fenômenos a serem objeto de pesquisa no Brasil fazem da pós-graduação brasileira um conjunto de recursos humanos e materiais de características próprias: uma jabuticaba, no seu melhor sentido! Mas a avaliação da pós-graduação no Brasil reduzida em última instância à excelência no ranking internacional leva a avaliar as qualidades de jabuticabas pelas características de maçãs, em grande desvantagem para as jabuticabas.

Este viés faz a avaliação da pós-graduação no Brasil continuar sendo vítima de pelo menos três males recorrentes: “**presentismo – ausência de História**”, “**universalismo: ausência de situalização do conhecimento**” e “**colonialidade: ausência de ousadia de pensar sem a guia das metrópoles**”. (veja texto abaixo)

AS PRÁTICAS, ASSIM COMO AS TEORIAS,
DEVEM SER AVALIADAS
NÃO SÓ PELAS
PRESENCAS QUE ELAS PROPÕEM,
MAS TAMBÉM PELAS
PELAS AUSÊNCIAS QUE ELAS IMPÕEM

Ivan da Costa Marques - imarques@nce.ufrj.br



Efeitos-males da pós-graduação no Brasil frente à pós-graduação “global”:

Mal do “presentismo” (ausência da história)

Mal do universalismo (ausência de “situatização” do conhecimento)

Mal da “colonialidade” (ausência de ousadia de pensar sem a guia das metrópoles)

Pós Graduação “global” é local (rede)

Tabelas de áreas de conhecimento

Revisão por pares (artigos)

Índices

Patentes

Todos esses dispositivos de conhecimento e de poder diferem localmente e têm efeitos que variam em cada local

Ivan da Costa Marques - imarques@nce.ufrj.br

Mal do “presentismo” (ausência da história) :

A avaliação da pós-graduação é feita sem uma discussão e debate organizado sobre sua história. Como o critério internacional inclina-se para equivaler conhecimento com o repositório de artigos em periódicos científicos, a avaliação da pós-graduação brasileira também toma esse rumo, isto é, toma o presente de uma situação externa sem analisar como esse critério se imbrica com nossos cientistas, seus laboratórios, seus acessos a recursos, suas capacidades linguísticas, etc.

Na ausência de uma discussão histórica, os órgãos governamentais (CNPq, CAPES, FINEP, BNDES e FAPs estaduais) ainda hoje organizam-se e operam segundo uma visão predominantemente “mertoniana” do fazer ciência e tecnologia. Sem se dar conta, eles enxergam o fazer científico a partir de quatro valores idealizados e destacados pelo grande sociólogo da ciência norte-americano Robert K Merton:

Comunalismo (a palavra original de Merton era "comunismo"): o conhecimento científico é um bem comum, é uma conquista que pertence à humanidade; os cientistas abrem mão da propriedade intelectual em troca de reconhecimento e estima;

Universalismo: as verdades são avaliadas em termos de critérios universais ou impessoais, e não influenciados por raça, classe, gênero, religião ou nacionalidade;

Atuação desinteressada: o cientista não se submete a qualquer interesse egoísta e é movido exclusivamente pela busca da verdade; é imoral esconder informação que pode ser de importância vital para outros; o conhecimento científico é visto como um retorno do investimento feito pela sociedade;

Ceticismo organizado: todas as ideias precisam ser testadas e estão sujeitas ao escrutínio rigoroso e estruturado da comunidade; a ciência descobre verdades e leis que estão previamente dadas na Natureza.

Há que observar-se que as políticas públicas referentes às ciências-tecnologias-inovações nos países que nos servem de modelo usaram esta compreensão esquemática no pós-II guerra para aumento dos recursos destinados às ciências e tecnologias no auge do prestígio dos cientistas

No entanto, no Brasil, ainda hoje se defende e se avalia as práticas de pesquisa, inclusive a revisão por pares (ver abaixo), segundo um etos mertoniano, qual seja afirmar que “a ciência é o futuro” e “a ciência é ética”

Mal do universalismo (ausência de “situalização” do conhecimento):

A avaliação da pós-graduação é feita sem uma discussão e debate organizado sobre como tratar a “universalidade” com que a ciência moderna se apresenta em oposição às situações locais da vida brasileira.

Isto significa valorizar como equivalentes as pesquisas que se vinculam diretamente aos problemas locais e as pesquisas que abordam os problemas das ciências chamadas universais. No entanto, a antropologia das ciências das últimas décadas demonstrou, com perdão pela concisão, e tomando emprestada uma frase de Eduardo Viveiros de Castro, que “um universal é um particular no poder”.

Ou seja, a pesquisa dedicada ao universal é uma pesquisa dedicada a um determinado particular que, mesmo apropriando-se do termo “global”, continua sendo particular. Em outras palavras, o global é o situado, local, dos globalizados, que não somos todos.

Incluir esta diferença no quadro de avaliação não significaria alijar toda pesquisa voltada para os problemas ditos universais, mas fazer ponderações sobre a distribuição, utilização e diferenças entre os recursos que se destinam à contribuição brasileira para a “ciência universal” (que é a ciência de um determinado particular, de determinadas coletividades e indivíduos) e os recursos destinados à busca de soluções (inovações) para as questões locais

Mal da “colonialidade” (ausência de ousadia de pensar sem a guia das metrópoles):

E comum que as agências brasileiras de fomento e financiamento recorrem a instituições estrangeiras, sejam universidades ou empresas de consultoria, para que nos digam o que fazer em termos de definição de problemas e avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

Quase 70 anos após a criação do CNPq, o que poderia ser considerado um marco na atenção do Estado brasileiro às questões científicas e tecnológicas, chega a surpreender a “menoridade” oficial das ciências e tecnologias brasileiras. Confiamos mais nos estrangeiros para nos dizer o que e como devemos pesquisar do que em nossas próprias organizações e mobilizações.

A revisão por pares (definição de produto e formação de mercado):

A publicação de um artigo em um periódico envolve decisões dos editores sobre a publicação e o exame do artigo feito pelos revisores (“referrees”). Ao receber um artigo, o editor avalia o interesse da revista. Se o editor não tiver interesse o artigo é rejeitado. Se houver interesse o editor escolhe revisores, que normalmente são cientistas da área de conhecimento para onde o artigo foi direcionado, e tem início a etapa seguinte, que é a “revisão por pares” (“peer review”). O artigo é então normalmente estudado por dois ou mais cientistas em regime de “duplo cego”, isto é, o autor do artigo não sabe quem são os revisores e os revisores não sabem quem escreveu o artigo. São estes revisores que atestam a robustez do artigo como uma proposição de conhecimento científico. Os revisores estudam e avaliam uma série de aspectos do artigo, à luz dos fundamentos da ciência: sobre o que é? é interessante? é importante? tem solidez metodológica? a conclusão é lógica? a descoberta (proposição) é original? destacando a apresentação de evidências. Baseados em seus exames os revisores têm basicamente três alternativas de resultados: rejeitado; aceito condicionado a modificações; e aceito. Estes resultados são enviados ao editor que então decide publicar ou não o artigo. Os periódicos mais consagrados como repositórios de uma sólida tradição científica têm normalmente índice alto (chegando a 90%) de rejeição.

Nas últimas décadas do século XX a revisão por pares firmou-se como a regra de ouro para garantir a qualidade da produção de conhecimentos científicos. Ao propor seus procedimentos para robustecer os conhecimentos científicos (as verdades científicas), a prática da revisão por pares traz uma inclinação e impõe o fechamento do saber científico em ilhas de especialistas – o fazer científico confina-se a um universo de especialistas isolados em seus respectivos periódicos, que passam a ser detentores de verdades sequestradas do grande público. Ao apartar o grande público, a revisão por pares contribui para aqueles que querem fazer dos saberes um oligopólio das ciências. Assim, a revisão por pares, pelo apartamento do grande público que ela impõe, carrega um elemento conservador para a feitura das ciências. As portas de entrada no edifício do saber científico, e mesmo a permanência lá, são controladas por quem já lá está, mas isso não fica claro para o grande público.

Esta inclinação da prática da revisão por pares, assim como sua inclinação sub-reptícia, decorre de questões históricas e demanda, para ser tratada, uma localização: a quem, a que, onde e quando a revisão por pares beneficia? Concordamos que ela aumenta um viés de confiabilidade do que é publicado e, portanto, do que entra no estoque das ciências. Mas o que podemos dizer sobre o que foi e que não foi considerado nas decisões dos editores e nos

exames dos cientistas? Como podemos localizar os editores em seus papéis de administradores de empresas que buscam assegurar sua sobrevivência econômica em condições regionais, nacionais e planetárias? Como considerar os cientistas, não mais vistos como pessoas desencarnadas habitantes de um mundo racional para considerá-los, em consonância com estas primeiras décadas do século XXI, como pessoas encarnadas em uma língua, uma nação, um gênero, uma classe? Se, depois de quase meio século de Estudos CTS, ainda é possível dizer que um conhecimento científico, uma vez terminadas as controvérsias, independe de quem o estabeleceu, não é mais possível sustentar que este conhecimento seja resultado de “descobertas” que independam de um coletivo heterogêneo múltiplo, que articula métodos, recursos, língua, raça, gênero, classe, e localização geográfica e cultural.

É reconhecido que a revisão por pares é uma censura descentralizada e conservadora, mas sem ela, o conhecimento estocado nos periódicos seria menos confiável, embora fosse aberto maior espaço para diferenças, para conhecimentos controversos e revolucionários, para os “outros”. As/os leitoras/es então teriam mais trabalho para avaliar a confiabilidade das fontes ou mesmo escolher que conhecimento adotar. Mas não poderia isso, pelo menos algumas vezes, trazer melhores resultados para a pesquisa em um tão periférico no concerto ocidental das nações e de tão poucos recursos para levar adiante as fronteiras das chamadas ciências de ponta? Trabalhar e publicar nas áreas das ciências de ponta é justamente aderir aos paradigmas vigentes das ciências normais nas metrópoles. Mas antes de decidir estas adesões não deveríamos localizar, caso a caso, os projetos aderentes às ciências normais metropolitanas para verificar como, onde, para que e a quem elas servem?

Se a revisão por pares inclina ou facilita a publicação de uns e dificulta a publicação de outros, exerce-se aí, como em tudo, uma atividade política. Para definir uma avaliação da pós-graduação no Brasil é preciso então que a revisão por pares seja estudada e definida à luz das especificidades de cada área, para que mecanismos situados (e não universais naturalizados) de aumento de confiabilidade dos periódicos possam ser com prudência incorporados a critérios de avaliação da produção dos cientistas brasileiros. Do contrário, o risco é continuarmos desperdiçando recursos em busca de acabar peças de quebra-cabeças desvinculados de questões que dizem respeito ao grande público brasileiro que paga a nossa pós-graduação.

Está em curso uma reorganização que diz respeito ao mundo das publicações acadêmicas. Estão em formação produtos e mercados. Com todos os riscos das simplificações, há os periódicos abertos, há aqueles em que o autor paga a publicação, há aqueles em que o leitor paga pelo artigo que quer ler. Grandes empresas como Thompson Reuters, Elsevier e Sage, protagonizam um mercado já bilionário e em rápido crescimento. Nesta reorganização os “pares” fazem a gestão do conhecimento, o trabalho de revisão ou do controle de qualidade epistemológico para garantir a qualidade do produto, no caso, dos artigos científicos. E os editores fazem a gestão do mercado, decidindo se o artigo é do interesse do periódico, definindo e buscando cada um deles seus nichos especializados. Esta gestão mercadológica está condicionada à escala da respectiva comunidade leitora, da qual o periódico depende e de cuja conformação ela também, é preciso reconhecer, participa, visando a delimitação de um espaço que garanta sobrevivência do periódico e o lucro da empresa. Os revisores, na revisão por pares, traçam as fronteiras epistemológicas, e os editores traçam as fronteiras mercadológicas. Idealmente, estes dois trabalhos de construção de fronteiras, de divisão e cercamento do mundo do conhecimento, são independentes, mas sua independência é semelhante à independência dos poderes nos estados democráticos de direito. É ingênuo

acreditar em sua pureza, mas sua eficácia é inegável. Além do mais, como dito acima, a decisão final quanto à publicação (ou não) é tomada exclusivamente pelos editores.